

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO  
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

**ADAPTAÇÃO CURRICULAR NA ÁREA DE MATEMÁTICA: UMA  
EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR**

Ana Paula Nahirne – UFFS [ana.nahirne@uffs.edu.br](mailto:ana.nahirne@uffs.edu.br); Cristian Ricardo de Oliveira  
Castro Pazini - UFFS [cristian.pazini@uffs.edu.br](mailto:cristian.pazini@uffs.edu.br); Fernanda Natali Demichelli –  
UFFS - [fernanda\\_int@uffs.edu.br](mailto:fernanda_int@uffs.edu.br)

**Eixo 4: Educação Inclusiva**

**Resumo**

A inclusão no ensino superior é um tema cada vez mais recorrente nos setores pedagógicos das Instituições de Ensino Superior. Isso se deve ao crescente aumento no número de alunos com necessidades educacionais especiais ingressantes nos cursos de Graduação e Pós-graduação. Para tanto, são imprescindíveis as discussões, reflexões e estudos aprofundados dos profissionais envolvidos nesses setores. Uma das alternativas utilizadas em alguns casos de inclusão de alunos com deficiência é a Adaptação Curricular. Essas Adaptações Curriculares são ajustes feitos no currículo com o intuito de garantir a aprendizagem plena desses alunos. Este trabalho relata um caso Adaptação Curricular realizada na disciplina de Matemática Básica, no curso de Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias, para uma acadêmica com deficiência intelectual moderada, na UFFS, Campus Laranjeiras do Sul,

**Palavras-chave:** Adaptação curricular 1; Ensino superior 2; Matemática 3.

**Introdução**

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior traz muitos desafios à toda comunidade acadêmica e, na maioria das vezes, se fazem necessárias adaptações didático-pedagógico e alterações curriculares. É substancial, também, uma mudança de postura dos envolvidos no processo. Trabalhar com esse público exige do professor uma dedicação maior. Ele deverá: repensar sua prática, buscar materiais pedagógicos, fazer adaptações de conteúdos, espaço físico, métodos, objetivos, avaliações, entre outros (SCHIRMER; PINTO; RACHED, 2017).

A política educacional inclusiva brasileira tem sofrido grandes mudanças desde seu surgimento, que foi por volta dos anos 90. Desde então, por meio de muitas lutas e engajamento das pessoas com deficiência e da sociedade organizada direitos foram conquistados e muitas pautas inclusivas têm avançado nas discussões nos órgãos competentes. Como resultado desse trabalho, estudantes estão concluindo a educação básica e prosseguindo os estudos na educação superior.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

Para auxiliar o processo de inclusão no Ensino Superior algumas legislações foram aprovadas, como o Aviso Circular nº 277/1996 (Brasil, 1996), o Decreto nº 3.298/1999 (Brasil, 1999), a Portaria nº3.284/2003 (Brasil, 2003) e a Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Recentemente o movimento de inclusão no ensino superior ganhou mais visibilidade a partir da aprovação da Lei nº 13.409/2016 (Brasil, 2016) que alterou a Lei de cotas nº 12.711/2012 (Brasil, 2012), incluindo reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos de graduação técnico de nível médio e superior das IFES. Buscando se adequar à legislação e garantir o acesso e permanência desse público, a UFFS publicou a resolução nº 4/2015 –CONSUNI/CGRAD, que instituiu a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação. Os Setores de Acessibilidade em cada Campi e a Divisão de Acessibilidade da Diretoria de Políticas de Graduação – DPGRAD/PROGRAD compõem o Núcleo de Acessibilidade da UFFS. Esses setores têm como objetivo dar o suporte necessário à instituição para garantir que esse público tenha condições equiparadas de acordo com suas necessidades.

No *campus* Laranjeiras do Sul, o Setor de Acessibilidade atende acadêmicos com baixa visão, cego, cadeirante e com deficiência intelectual, sendo essa última com matrícula no ano de 2018. Para o atendimento no Setor, todos os acadêmicos passam pelo mesmo processo, com entrevista, análise do caso e encaminhamento à coordenação do curso. No caso específico da acadêmica com deficiência intelectual, foram realizadas avaliações pela equipe psicopedagógica e pode-se perceber que uma de suas maiores dificuldades era na área matemática, principalmente em processos que envolviam abstração, conservação de valores, raciocínio lógico e memória.

No início do semestre, o Setor estabeleceu um diálogo com a Docente do componente curricular matemática instrumental, Coordenação de Curso e Coordenação Acadêmica para buscar alternativas didático-pedagógicas com o intuito de auxiliar na permanência da acadêmica no curso, evitando, assim, uma possível evasão da mesma. A partir de pesquisas em materiais e legislações, a equipe decidiu fazer uma experiência de adaptação curricular para o componente com o objetivo de fornecer condições específicas à acadêmica.

## **Metodologia**

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

O processo de adaptação curricular teve início com a elaboração do perfil da acadêmica, pelo Setor, contendo informações como: dados pessoais, caracterização sobre a deficiência intelectual, características pessoais e de desempenho acadêmico (feitas pela equipe psicopedagógica e com base no histórico escolar do ensino básico) e adaptações recomendadas como: utilização de materiais, didático-pedagógicas e avaliativas. Na sequência o documento foi enviado à docente.

O Setor enviou também o formulário de Plano de Adaptação Curricular utilizado na Instituição, elaborado com base no Art. 29, do Decreto 3298/99 (Brasil, 1999), que orienta “escolas e instituições de educação profissional a oferecer, se necessário, serviços de apoio especializado para atender à pessoa com deficiência, como adaptação de material pedagógico, equipamento e currículo.” Também observou-se a Lei 13.146/2015 (Brasil, 2015), Art. 30 que prevê medidas para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior, como dilação de tempo, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade.

O Plano é composto por: dados da estudante, justificativa para as adaptações e uma lista de adequações curriculares para assinalar relativas à: organização, objetivos, conteúdos, procedimentos didáticos e atividades, avaliações e temporalidade. Em seguida havia um espaço para descrever as adaptações realizadas, um espaço para orientações ao acadêmico e por fim as assinaturas do professor, do acadêmico e do Coordenador do Curso.

Posteriormente, foram realizadas reuniões com a Docente, equipe do Setor e Coordenação Acadêmica para operacionalizar as adaptações.

### **Discussão**

O Plano de Adaptação Curricular foi preenchido pela docente e as adaptações assinaladas foram: 1) organizativas - organização dos recursos didáticos. 2) relativas aos objetivos - introdução ou alteração de objetivos específicos; priorização de objetivos específicos. 3) relativas aos conteúdos - introdução de conteúdo específicos, complementares ou alternativos (substituição); reformulação da sequência de conteúdos. 4) relativas aos procedimentos didáticos e atividades -

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

introdução de métodos, procedimentos e atividades complementares e/ou alternativos de ensino; modificação de procedimentos. 5) avaliativas - introdução/adaptação de critérios de avaliação; adaptação de técnicas, instrumentos e procedimentos; inserção de técnicas instrumentos e procedimentos. 6) relativas à temporalidade - aumento do tempo previsto para realização de atividades e/ou trabalhos; aumento de tempo previsto para a realização de avaliações.

Na descrição das adaptações foi pontuado que a acadêmica frequentaria, semanalmente, o atendimento individualizado com a professora. Em relação aos materiais, foi proposto a utilização de materiais concretos como multiplano e material dourado. Na temporalidade a sugestão foi estender o tempo das avaliações. Em relação à avaliação, em questões subjetivas/discursivas rever oralmente os enunciados, fazer antecipações e inserções se necessário e adaptar a quantidade de questões e o instrumento utilizado.

Com o Plano terminado, as aulas iniciaram e paralelamente foram iniciadas as atividades. A agenda da acadêmica foi organizada com atendimento semanal, com a professora e com o Setor de Acessibilidade. A acadêmica contou também com auxílio de um monitor que auxiliava-a nas atividades, trabalhos e avaliações. O monitor passou a ir também na sala de aula, para copiar o que era escrito no quadro e acompanhava os atendimentos com a professora.

A acadêmica frequentava a aula regular e no contra-turno fazia os atendimentos individuais semanais com a professora e o monitor, os conteúdos trabalhados nesse período foram: operações básicas, frações, potenciação, radiciação, equações de 1º e 2º grau (completa e incompleta), área, perímetro, grandezas diretamente proporcionais e inversamente proporcionais, regra de três simples e composta, juros simples e composto. De acordo com cada conteúdo foram introduzidos os materiais concretos: material dourado, multiplano, jogo “cubo de frações” e tabuada impressa. Os materiais eram utilizados no atendimento e também no Setor, com o auxílio do monitor, na resolução das atividades.

Em relação às avaliações, o instrumento foi adaptado com redução e simplificação de questões, além de ter dois períodos de quatro horas para resolução. Nas avaliações também foi permitido o uso de materiais concretos e em alguns casos, foi permitida consulta ao caderno e auxílio do monitor em questões que exigiam mais atenção.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO**  
**I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

As adaptações realizadas na disciplina vão de encontro com o que foi proposto por Schirmer et al. (2017) sobre adaptação curricular como: alterações, adequações e ajustes realizados no currículo com vistas a garantir a equiparação de oportunidades e o pleno aprendizado de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades, proporcionando um processo educacional mais justo. Podem abranger alterações nos objetivos de, uma ou mais disciplinas, metodologia, supressão ou acréscimo de conteúdos, avaliação entre outras estratégias.

Durante o semestre trabalhado foi possível perceber que a acadêmica fez todas as atividades propostas, mostrou-se dedicada e empenhou-se bastante nas aulas, teve paciência em resolver as questões. No âmbito acadêmico, apesar de não ter conseguido atingir os objetivos propostos para a disciplina, a acadêmica resolveu operações básicas, operações com potência, diferenciou equações completas de incompletas, resolveu questões simples envolvendo cálculo de área e perímetro, apresentou dificuldade nas operações com frações, e necessitou de auxílio para resolver os demais conteúdos trabalhados.

### **Considerações Finais**

A elaboração do Plano de Adaptação foi uma experiência importante, pois permitiu entender o processo de ensino e aprendizagem desenvolvido pela acadêmica durante a disciplina. O modelo do Plano de Adaptação mostrou-se adequado à demanda, assim como as adaptações inseridas. A avaliação geral da equipe envolvida foi que a acadêmica necessitaria de adaptações mais profundas na disciplina, inclusive alterações de conteúdos, priorizando alguns e excluindo outros, com dilatação de tempo para conclusão do Componente Curricular. Acredita-se que esse tempo estendido se faz necessário, haja vista as especificidades da sua condição.

### **Referências**

BRASIL. **AVISO CIRCULAR Nº 277**. DE 08 DE MAIO DE 1996.

\_\_\_\_\_. **DECRETO Nº 3.298**, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 13.146**. DE 6 DE JULHO DE 2015.

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO  
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

\_\_\_\_\_. **PORTARIA Nº 3.284/2003**. DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 13.409**, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016. **Altera a Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, 2016.

SCHIRMER, C. R, PINTO, L. M. F; RACHED, A. C. **Material pedagógico adaptado ou especialmente elaborado e os recursos de Comunicação Alternativa e Ampliada postados no WhatsApp**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/xns62/pdf/nunes-9788575114520-12.pdf>. Acesso em: 8 outubro. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **RESOLUÇÃO Nº 4/CONSUNI CGRAD/UFFS/2015**: Institui a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação na UFFS. Chapecó, 2015. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2015-0004>>. Acesso em 11 de outubro de 2019.